

POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO

COMO GUARDAR O TEXTO

Para guardar este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção GUARDAR (em inglês, SAVE) no seu browser (Explorer, Navigator...), dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Na opção GUARDAR COMO (em inglês, SAVE AS), também no menu FICHEIRO, poderá guardar o texto e atribuir um novo nome.

COMO IMPRIMIR O TEXTO

Para imprimir este texto (incluindo dados adicionais) seleccione a opção IMPRIMIR (em inglês, PRINT) no seu browser, dentro do menu FICHEIRO (em inglês, FILE).

Também poderá aceder a esta função seleccionando o botão de impressão (com a imagem de uma impressora), disponível na barra de ferramentas.

NOTA IMPORTANTE

Para voltar ao artigo não feche esta janela. Utilize o botão do browser RETROCEDER (em inglês, BACK), situado no lado esquerdo da barra de ferramentas.



Forças Armadas

Carlos Antunes e Guilherme Neves*

Janus 1997

Numero de Efectivos das Forças Armadas

Com o fim da guerra fria, o desaparecimento da União Soviética e o crescente surto de problemas regionais e mesmo sub-regionais, as forças armadas dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN viram-se na necessidade, pela mudança das suas hipotéticas missões, de reestruturar todo o seu dispositivo. Esta necessidade, no que toca ao número de efectivos que contam nas suas fileiras, tornou-se premente por três razões principais:

- Crescente complexidade dos instrumentos bélicos ao serviço das forças armadas dos países ocidentais, o que, por si só, aconselha um maior e mais oneroso ciclo de instrução – convidativo ao aumento do número de voluntários que se caracterizam por um período maior de dedicação às forças armadas – e uma diminuição do armamento, logo dos efectivos necessários à sua utilização e manutenção, que será compensada por um aumento na sua qualidade.

Alteração das missões destas forças armadas que, previsivelmente, serão cada vez mais direccionadas para actuações «à distância», já não tanto vocacionadas para a defesa directa ou indirecta da soberania do seu país, mas mais no campo da manutenção da paz a nível internacional. Estas novas missões, pelas suas características e sobretudo pela sua perigosidade, serão prioritariamente desempenhadas por grupos de acção rápidos, com preparação, coordenação e treino cuidado que, na sua essência, são difíceis de atingir por forças que não assentem a sua capacidade operacional no regime de voluntariado.

Obrigatoriedades impostas pela implementação dos limites estabelecidos pelo Tratado sobre Forças Convencionais na Europa, assinado em 19 de Novembro de 1990 em Paris, sob os auspícios da ainda Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, sobretudo depois da assinatura, em 10 de Julho de 1992, do Tratado Complementar sobre Forças Convencionais na Europa 1A, especialmente dedicado ao número de efectivos dos signatários.

Material Bélico

Tendo em conta o já referido Tratado sobre Forças Convencionais na Europa, muitos dos países que compõem a Aliança Atlântica vêem-se compelidos a diminuir os seus quantitativos em diversos tipos de armas. Como o próprio tratado prevê que, para os países obrigados a diminuir os seus quantitativos, uma das hipóteses é a transferência dos excedentes para outros países que não tenham ainda atingido o seu *plafond*, tem-se verificado um incremento das cedências de material intra-aliados que provocam, curiosamente, um aumento nos equipamentos de determinados países, como é o caso de Portugal.



Verifica-se também uma crescente necessidade de aperfeiçoamento dos equipamentos militares nos países membros. Esta necessidade, aliada à sempre presente política de contenção orçamental na área da defesa, origina que determinados países optem por trocar a quantidade pela qualidade, fazendo a sua aposta na crescente melhoria tecnológica dos seus equipamentos que, por serem mais onerosos, implicam uma diminuição nos seus limites – por vezes mesmo além dos impostos no referido tratado. As novas missões que as forças armadas da Aliança Atlântica e dos seus membros prevêem vir a ter que desempenhar, também aconselham que se aposte na mobilidade crescente, bem como na criação de forças de reacção rápidas que, pelas suas características próprias, aconselham um equipamento mais ligeiro e em menor número – não lhes diminuindo, no entanto, a capacidade de acção.

* **Carlos Antunes**

Licenciado em Relações Internacionais pela UAL. Docente na UAL.

* **Guilherme Neves**

Licenciado em Relações Internacionais pela UAL. Analista de Mercados.



Infografia